



## DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES DE APOIO NO ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

### Autor(res)

Márcia Fernandes Pinheiro De Ávila

Grazielle Da Silva Perez

Mariana Carlos Macedo Marques

Bianca Do Nascimento Barros

Rayssa Kedna Cavalcante Ferreira

Ana Clara Santos Damaso

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

A inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI) é prevista pela Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que garante o direito de frequentar escolas regulares. Contudo, a efetivação desse direito exige mais do que a matrícula: requer adaptações pedagógicas, suporte especializado e transformações no ambiente escolar (MANTOAN, 2003). Estudos mostram que, embora avanços legislativos tenham ocorrido, ainda prevalece uma inclusão superficial, marcada por lacunas estruturais e culturais (GLAT; PLETSCHE, 2010). Os professores de apoio são figuras centrais nesse processo, mas enfrentam desafios como sobrecarga de trabalho, falta de recursos e ausência de apoio emocional (SASSAKI, 1997; PLETSCHE, 2014). Diante disso, compreender suas dificuldades é fundamental para avaliar os limites da inclusão e propor caminhos de transformação.

### Objetivo

Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores de apoio no ensino de alunos com deficiência intelectual e refletir sobre o papel do psicólogo escolar no fortalecimento da inclusão educacional.

### Material e Métodos

O estudo foi realizado em uma escola estadual de Uberlândia/MG. A metodologia incluiu:

1. Entrevistas semiestruturadas com professora de apoio e vice-diretor, abrangendo formação, recursos pedagógicos, relações interpessoais e suporte institucional.
2. Observação sistemática de quatro horas em uma turma do 1º ano do ensino médio, acompanhando três alunos com DI e a atuação da professora de apoio.
3. Revisão bibliográfica, com base em autores como Mantoan (2003), Glat e Blanco (2007), Pletsch (2014) e documentos legais (Lei nº 13.146/2015; LDB nº 9.394/1996).

As entrevistas foram gravadas e transcritas, e as observações registradas em diário de campo, permitindo análise cruzada entre discurso institucional e prática escolar.



## Resultados e Discussão

Os resultados revelaram uma inclusão escolar marcada por contradições. Apesar da legislação, a professora de apoio precisou improvisar materiais adaptados com recursos próprios e como visto em (NUNES et al., 2020) essa realidade contrasta com as diretrizes de tecnologia assistiva que objetivam promover funcionalidade para a participação de pessoas com deficiência. A heterogeneidade dos alunos com DI exigia estratégias diferenciadas, mas os professores regentes raramente faziam adaptações, delegando a inclusão à professora de apoio. Esse cenário configura o que Mittler (2003) denomina 'integração sem inclusão'. As falas coletadas e as observações evidenciaram isolamento profissional, sobrecarga de trabalho e falta de suporte psicológico. Embora houvesse psicóloga escolar, sua atuação limitava-se aos alunos, desconsiderando as demandas emocionais dos docentes. Essa lacuna reforça uma inclusão marginal (MARTINS, 2002), na qual o discurso institucional não corresponde à prática cotidiana. O papel do psicólogo escolar emergiu como ponto crítico. Sua atuação poderia incluir mediação de conflitos, apoio emocional aos professores e promoção de formações continuadas, conforme previsto pelo Conselho Federal de Psicologia (2019). Sem esse suporte, a inclusão depende exclusivamente da resiliência dos professores de apoio, o que aumenta o risco de esgotamento.

## Conclusão

O estudo demonstrou que a inclusão de alunos com DI ainda é limitada por barreiras estruturais, culturais e institucionais. A professora de apoio investigada, mesmo qualificada, enfrentou sobrecarga, falta de recursos e ausência de colaboração docente. Os resultados indicam que a inclusão requer investimento em tecnologias assistivas, planejamento coletivo, formação continuada e apoio psicológico institucionalizado. Portanto, a inclusão escolar será efetiva quando passar a constituir um compromisso coletivo, respaldado por políticas públicas consistentes e práticas pedagógicas colaborativas.

## Referências

- AAIDD. Retardo Mental: definição, classificação e sistemas de apoio. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 mar. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília, DF: MEC, 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 006/2019. Brasília, DF: CFP, 2019.
- GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. Educação inclusiva: cultura e práticas escolares. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MARTINS, L. A. R. Inclusão marginal: contradições na prática educacional inclusiva. São Paulo: Cortez, 2002.
- MITTLER, P. Educación inclusiva: contextos sociales. Madrid: Narcea, 2003.
- NUNES, L. R. O. P. et al. Tecnologia assistiva para a educação. São Paulo: Cortez, 2020.
- PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva. Educar em Revista, Curitiba, n. 53, p. 143-156, 2014.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.